

A BIBLIOTECA ESCOLAR EM TEMPO DE MUDANÇAS NO BRASIL: A CONTRIBUIÇÃO DA BIBLIOTECONOMIA A PARTIR DE UMA IDENTIDADE DE PROJETO

JONATHAS LUIZ CARVALHO SILVA*

RESUMO

Discute sobre perspectivas e limitações da biblioteca escolar considerando a necessidade de proposição de uma identidade de projeto, termo utilizado por Manuel Castells (2008) em seu livro *O poder da identidade* que visa reconstruir um determinado fenômeno atribuindo-lhe novo posicionamento na sociedade a partir da modificação de suas estruturas e perspectivas teórico-práticas. Trata-se de uma pesquisa exploratória com revisão bibliográfica. Conclui que a biblioteca escolar tem ampliado seu discurso, sobretudo, a partir da década de 1990 no que se refere a novas possibilidades de atuação, mas identifica que há um distanciamento entre o discurso e a prática, especialmente por motivos de existência, históricos e políticos.

PALAVRAS-CHAVE: Biblioteconomia. Biblioteca escolar. Identidade de projeto. Marketing. Política.

ABSTRACT

This study discusses prospects and limitations of the school library considering the need to propose an identity project, term used by Manuel Castells in his book *The power of identity* that intends to reconstruct a given phenomenon by assigning new position in society by modifying their theoretical and practical structures and perspectives. This is an exploratory study of literature review. It concludes that the school library has expanded its speech, especially from the 1990s on with regard to new possibilities of action, but it also identifies that there is a gap between theory and practice, particularly for existence, historical and political reasons.

KEYWORDS: Librarianship. School library. Project identity. Marketing. Policy.

* Doutorando em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil. jonathascarvalhos@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

A biblioteca escolar tem conquistado importante espaço no discurso da Biblioteconomia a partir de pesquisas, atividades extensionistas, profissionais, eventos e outros instrumentos.

Percebe-se a importância da Biblioteca Escolar como efetivo instrumento de ação e aplicação dos valores humanos da sociedade, mas que pouco tem sido contemplado na prática. Uma justificativa geral para a não contemplação das perspectivas atribuídas a bibliotecas é referente a vários aspectos, como falta de investimentos governamentais, assim como a falta de políticas bem definidas.

Uma justificativa específica é que, no contexto majoritário das escolas tanto de cunho municipal como Estadual, não existem bibliotecas e quando existem são esporádicas. A figura do Bibliotecário como mediador é o epicentro do desenvolvimento de suas atividades, assim como o seu aparato tecnológico é escasso ou, em alguns casos, inexistentes, sendo ainda o seu espaço físico na maioria das vezes inadequado. (ALMEIDA JÚNIOR, 1997).

O presente trabalho tem como objetivo central discutir as problemáticas referentes à biblioteca escolar traçando perspectivas para a construção de uma identidade de projeto. A identidade de projeto aqui descrita trata-se de um termo utilizado por Manuel Castells (2008) em seu livro *O poder da identidade* que visa reconstruir um determinado objeto ou fenômeno atribuindo-lhe um novo posicionamento na sociedade a partir da modificação de suas estruturas e perspectivas teórico-práticas.

Assim, este artigo inicia a discussão abordando alguns problemas da biblioteca escolar compreendendo o distanciamento entre o discurso e sua contemplação prática, especialmente a partir de três fatores que inibem a ação da biblioteca escolar: existência, histórico e político-institucional.

Em seguida, discute sobre possibilidades na construção de uma identidade de projeto para a biblioteca, destacando o marketing no contexto da educação e ações políticas como fatores essenciais para que essa identidade de projeto seja construída. Aborda que a identidade de projeto só pode ser construída a partir de uma identidade de resistência (termo também utilizado por Castells).

Vale ressaltar que a finalidade do presente trabalho é discutir sobre perspectivas e limitações relativas à biblioteca escolar em sua tessitura identitária, haja vista que o surgimento de documentos institucionais, produções bibliográficas, eventos, mobilizações e a

composição da Lei 12244/10 exigem da Biblioteconomia uma efetiva participação na construção de uma biblioteca escolar mais sólida e ativa social, cultural, educativa e informacionalmente.

2 A PROBLEMÁTICA DA BIBLIOTECA ESCOLAR NO BRASIL: O DISTANCIAMENTO ENTRE O DISCURSO E A PRÁTICA

No final do século XX e início do século XXI, houve uma tentativa expressiva na mudança de mentalidade referente à biblioteca escolar em nível global e nacional, pelo menos a partir de um caráter discursivo, tais como o manifesto da UNESCO (1999), fóruns, eventos, campanhas, produções bibliográficas e mobilizações políticas em torno da biblioteca escolar a fim de efetivar a mudança de seu discurso e de suas ações.

Porém, é preciso ressaltar que, no contexto majoritário, o discurso proposto para a biblioteca escolar não tem sido efetivamente contemplado em sua prática. No Brasil, essa mentalidade discursiva de uma biblioteca escolar atuante baseada em um efetivo planejamento e gerenciamento na promoção de organização, disseminação e acesso à informação tem-se apresentado distante da realidade factual. O primeiro problema da biblioteca escolar no Brasil atenta para um termo bastante polêmico: existência. Embora seja comum o uso do termo biblioteca escolar no Brasil para se referir a espaços com livros e estantes nas escolas. Na prática, essa composição está distante do discurso articulado pelos estudiosos.¹

No livro de Macedo (2005, p. 16) Antonio Miranda é enfático quando fala acerca das escolas e da existência das bibliotecas escolares:

Na verdade, um país com 300 mil escolas públicas e privadas – a esmagadora maioria sem bibliotecas escolares para dar apoio as atividades pedagógicas e recreativas – requer toda e qualquer iniciativa no sentido de ampliar o acesso de alunos e professores ao universo do conhecimento registrado ou, para usar uma expressão mais atual, aos conteúdos reais e virtuais de interesses de usuários.

¹ Pode-se destacar como estudiosos e/ou produções sobre biblioteca escolar o livro Miséria da biblioteca escolar de Waldeck Carneiro da Silva (1995); Biblioteca escolar brasileira em debate: da memória profissional ao fórum virtual Neusa Dias de Macedo (org.) (2005), o próprio Manifesto da Unesco para bibliotecas escolares (1999), dentre outros.

Percebe-se que a conjuntura das bibliotecas escolares apresenta um grau extremamente deficitário, em caráter particular, pela sua existência escassa. Em segundo lugar, pelo fato de ser comum a concepção de que qualquer estante com coleções de livros pode ser considerada uma biblioteca escolar.

Destarte, se a existência aparece como um elemento subjacente complicador da biblioteca escolar, torna-se ainda mais complicado reconhecê-la na prática cotidiana como um instrumento efetivo de ação informacional, educacional, social e cultural. Apenas casos isolados de escolas particulares ou projetos de escolas públicas mostram as potencialidades da biblioteca escolar.

Por isso, identifica-se uma visão real e outra visão potencial da biblioteca escolar. O real envolve um discurso esteticamente bem construído, mas sem uma aplicabilidade prática desse discurso.

Na verdade, ocorre um desvirtuamento prático do caráter semântico da biblioteca escolar, uma vez que no discurso as condições aparentam ser promissoras, mas na prática é possível observar os problemas inerentes à biblioteca escolar. O potencial envolve apenas perspectivas teóricas e discursivas para a biblioteca escolar. Isso significa dizer que a biblioteca escolar no Brasil apresenta um caráter normativo em que se afirma o que deve ser, mas de fato não é.

O segundo problema justifica o primeiro. Pode-se afirmar que é um problema de ordem histórica que afeta a educação. Vale ressaltar que esse problema histórico educacional subentende um transcurso histórico, pois o Brasil não é um país que prioriza a educação como um dos pilares de seu desenvolvimento social, setor em que a biblioteca escolar está inserida.

No período colonial, por exemplo, o viés da educação no Brasil era muito restrito. Como afirma Serafim Leite, grande pesquisador do período colonial brasileiro, uma marca importante para educação deste período é que “a Igreja foi à única educadora do Brasil até o fim do século XVIII, representada por todas as organizações religiosas do clero secular e do clero regular, que possuíam casas no Brasil”.

No final do século XVIII e início do século XIX, a educação empreendida pelas ordens religiosas entra em decadência, aparecendo como destaque a educação desenvolvida pelo próprio Estado. Pombal expulsou as ordens religiosas do Brasil a partir de 1759 alegando que as ordens religiosas detinham um poder econômico que deveria ser devolvido ao governo, bem como a educação executada pelas ordens religiosas não focavam os

interesses do país, mas a valorização da ordem religiosa. No final do século XVIII, Pombal promove a perspectiva de uma reforma política visando ao desenvolvimento econômico e social do Brasil. Essa reforma influenciou nos rumos da educação, de sorte que a educação pública passava a priorizar o aprimoramento da língua portuguesa, a diversidade de conteúdo, inclusive de natureza científica. É nesse momento que surge a educação pública propriamente dita com uma interferência direta do Estado. (RIBEIRO, 2007).

Com efeito, durante as primeiras décadas do século XIX, a falta de recursos em Portugal fez sentir efeitos deficitários da educação pública a partir da falta de investimentos em profissionais habilitados (a base da educação era ainda composta por professores com formação jesuítica).

Vale ressaltar que a educação, a partir de 1808 até aproximadamente a metade do século XIX, remonta suas bases quando da chegada da Corte Portuguesa. Por isso, a educação passa a desenvolver uma ação mais autônoma, efetivando uma nova ideologia comportamental. Todavia, essa educação ainda estava muito subordinada aos interesses portugueses.

Com a chegada da Coroa Portuguesa e o conseqüente desenvolvimento da educação pública durante o século XIX, ocorre uma vantagem: o reconhecimento das necessidades nacionais que promoveram um olhar mais atento para os problemas educativos e intelectuais da sociedade nacional. Porém, os recursos escassos e a falta de uma política continuada de médio e longo prazo influenciaram negativamente no desenvolvimento da educação brasileira.

A falta de investimentos na educação pública afeta o desenvolvimento de uma política para biblioteca escolar. Aliás, a ideia de biblioteca escolar no Brasil foi essencialmente desenvolvida através do contexto religioso, seja no período colonial com as grandes bibliotecas de ordens religiosas, seja com os grandes colégios privados de origem religiosa, durante os séculos XIX e parte do século XX como o Mackenzie College, Dom Bosco, São José, São Luís e Arquidiocesano, dentre outros. (CARVALHO SILVA, 2010).

Os problemas de investimentos e políticas para educação no Brasil engendram movimentos por melhorias no século XX e início do século XXI, como relata Saviani (2007, p. 1243):

Efetivamente, a luta dos educadores pela qualidade da educação pública começa na década de 1920, com a fundação da Associação

Brasileira de Educação (ABE), em 1924; adquire visibilidade com o lançamento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, e com a Campanha em Defesa da Escola Pública, na virada da década de 1950 para os anos de 1960, na fase final da tramitação do projeto de LDB; prossegue com as Conferências Brasileiras de Educação da década de 1980 e com o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública na Constituinte e na nova LDB; desemboca na elaboração da proposta alternativa de Plano Nacional de Educação nos Congressos Nacionais de Educação de 1996 e 1997; e se mantém com grandes dificuldades neste início do século XXI, na forma de resistência às políticas e às reformas em curso e na reivindicação por melhores condições de ensino e de trabalho para os profissionais da educação.

Verifica-se a insurgência de diversos movimentos, discussões e documentos institucionais como a LDB por melhorias na educação básica até a superior. Vale ressaltar que esses movimentos deram vazão a diversas propostas, visando ao aprimoramento da educação pública e privada no país com a preocupação centrada no indivíduo e em seu processo de aprendizagem.

Porém, é possível observar que a biblioteca escolar não aparece como ponto prioritário e, em muitos casos, sequer aparece como ponto secundário de um movimento educativo ou em documentos institucionais. Essa condição secundária da biblioteca, não somente escolar, extrapola os limites das condições econômicas, assim como das questões intelectuais. O fato é que no Brasil a biblioteca não foi indicada como um fenômeno de aprendizado e acesso à informação.

Como relata Suaiden (2000, p. 53-54):

Sem contar com uma indústria editorial e sem bibliotecas infantis, escolares e públicas para a formação de um público leitor, gerações e gerações foram formadas utilizando como cultura da informação o *gate keeper* e o colégio invisível, entre as classes elitizadas, e, entre a classe menos favorecida, a informação oral era obtida na Igreja, na escola e entre os líderes comunitários. [...] Problemas na fabricação do papel e celulose, falta de parque gráfico, poucas editoras com qualificação para a produção de livros de qualidade, sistema arcaico na distribuição de livros com um pequeno número de livrarias em todo o território nacional e, principalmente, a falta de um público leitor eram as principais características do incipiente panorama editorial do Brasil.

É preciso ponderar que o contexto histórico conturbado e deficitário da educação brasileira inibiu o desenvolvimento da biblioteca escolar. Inicialmente pela ideia de que a biblioteca escolar seria caracterizada apenas pela composição de acervos de livros e estantes. Ainda hoje é comum ver políticas de educação que contemplam a biblioteca escolar apenas como um espaço composto de livros, principalmente literários e didáticos, sem uma política de acervo desenvolvida de acordo com as necessidades dos usuários por meio de profissionais habilitados (bibliotecários). (CAMPELLO, 2003).

Em segundo lugar, em virtude de que apenas uma parcela minoritária da população tem acesso aos serviços de uma biblioteca. Em terceiro lugar, apenas no século XX, com o desenvolvimento da Biblioteconomia especializada, os estudos e propostas por uma biblioteca escolar atuante e ciente de seu papel tornaram-se uma realidade mais latente.

Dessa forma, esses problemas históricos acarretam um terceiro problema referente à biblioteca escolar que é o político-institucional. Ressalta-se que esse terceiro fator é uma característica amplamente incutida no contexto público.

Ora, se a educação não é um ponto priorizado pelas autoridades governamentais e a biblioteca escolar não é uma prioridade dentro das políticas de educação, fica evidenciado um dos motivos pelos quais as autoridades políticas não atribuem grande relevância ao termo biblioteca na escola, salvo quando se fala em política de distribuição de livros, como pode ser observado em programas do Governo Federal, dentre os quais é possível destacar o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), que surgiu em 1997. Como afirmam Iguma e Fernandes (2010, p. 6), “Nascido com a finalidade de semear livros, o PNBE tem desempenhado sua função anualmente, no entanto, a dúvida que segue é até que ponto tem mandado o povo pensar”.

Porém, esse problema político-institucional não está ligado apenas à biblioteca escolar em si, mas a todo aparato de biblioteca, seja escolar, pública, universitária etc.. Em primeiro plano, compreende-se que a biblioteca possui um problema político-institucional, pois não está em termos teóricos ligada a um fator em si, como educação, cultura, saúde ou até mesmo desenvolvimento social, mas sim conjuntamente a todos esses fatores, com vistas ao desenvolvimento de uma política integrada entre as bibliotecas.

Com efeito, essa afirmação ocorre em caráter normativo, pois é comum ver a biblioteca ligada a setores específicos (educação,

cultura, saúde, desenvolvimento social), mas sem um gerenciamento com políticas específicas, como não é comum a integração entre esses setores, o que não favorece uma política integrada entre bibliotecas.

O caso mais comum é referente à díade biblioteca pública-biblioteca escolar. Que tipo de gerência pública possui a biblioteca pública? Setor de educação? Cultura? A biblioteca escolar, embora esteja ligada às secretarias de educação de governos estaduais e municipais, nunca foi uma instituição privilegiada no referido processo. A falta de bibliotecas escolares fez com que os alunos se utilizassem das poucas bibliotecas públicas existentes. Conforme os alunos procuravam as bibliotecas públicas, em sua maioria, ocorreu o fenômeno da escolarização da biblioteca pública, que passou a dar prioridade para o atendimento estudantil em detrimento a outros segmentos da comunidade que também necessitavam dos serviços bibliotecários. Isso significa dizer que os recursos humanos existentes nas bibliotecas públicas atendiam aos estudantes, e os recursos financeiros existentes eram aplicados no livro didático e na compra de dicionários e enciclopédias. (SUAIDEN, 2000).

Destarte, é possível observar que os três grandes problemas citados (existência, histórico e político-institucional) causaram uma crise de identidade à biblioteca escolar, em caráter particular, a biblioteca escolar, pois como comumente não é uma prioridade em termos informacionais, educacionais e culturais foi relegada a um plano inferior de forma específica pelas autoridades políticas, pela própria educação e seus profissionais e, num contexto mais lato, pela sociedade.

Por isso, faz-se necessário refletir sobre uma identidade de projeto que construa uma nova configuração identitária para a biblioteca escolar.

3 AS CONTRIBUIÇÕES DA BIBLIOTECONOMIA PARA A BIBLIOTECA ESCOLAR NO CONTEXTO DA IDENTIDADE DE PROJETO

3.1 Caracterizando a identidade de projeto

Os estudos sobre identidade têm sido vitais para compreender as características de diversos fenômenos sociais ou naturais especialmente a partir do final do século XIX.

A identidade é fruto de uma “marca estampada” na vida de um indivíduo ou de uma sociedade. A questão da identidade tem sido discutida de forma acalorada pelos cientistas, pesquisadores, que

buscam questionamentos e inferências acerca do assunto em questão. É inegável comentar a importância dos estudos sobre identidade para a caracterização de indivíduos, grupos, ciências e diversas outras categorias. (CARVALHO SILVA, 2010).

O uso do termo identidade de projeto é oriundo de Manuel Castells (2008) especificamente do seu livro *O poder da identidade*. Vale ressaltar que, além da identidade de projeto, o referido autor também utiliza os termos identidade legitimadora e identidade de resistência.

Castells (2008, p. 24) ressalta que a identidade de projeto ocorre “Quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda sua estrutura social”.

Acredita-se que a identidade de projeto surge a partir de uma identidade de resistência², uma vez determinados sujeitos ou atores sociais quando não aceitam uma determinada condição imposta, buscam desenvolver uma nova identidade por meio de um projeto que busque superar essa opressão.

3.2 A Biblioteconomia na construção de uma identidade de projeto para a biblioteca escolar

A biblioteca escolar vem ganhando mais destaque nos últimos anos, ao menos em seu contexto discursivo. Porém, é necessária a construção de uma identidade de projeto continuada a fim de definitivamente efetivar o reconhecimento da biblioteca escolar no Brasil.

Um dos motivos pelos quais a biblioteca escolar ganhou destaque é concernente ao Projeto de Lei 12244/10, que busca universalizar as bibliotecas escolares no Brasil.³ A Lei atende a uma reivindicação de bibliotecários e movimentos educacionais que atentam para um olhar mais cauto sobre a biblioteca escolar no Brasil.

² Castells (2008, p. 24) entende que a identidade de resistência “é criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim trincheiras de resistência”.

³ A Lei 12244/10 foi aprovada no dia 24 de maio de 2010 e publicada no Diário Oficial da União no dia 25 de maio. Vale ressaltar que a Lei 12244/10 foi promovida pelo Senador Cristovam Buarque, sendo baseada no Projeto de Lei 324/09, do deputado Lobbe Neto (PSDB-SP) indicando que a norma sancionada pelo presidente Lula estabelece um prazo de dez anos para que as instituições se ajustem à exigência a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União. O relatório de Cristovam Buarque recebeu manifestação de apoio dos senadores Romeu Tuma (PTB-SP) e Sérgio Zambiasi (PTB-RS).

Porém, é preciso que a Biblioteconomia, como área do conhecimento acadêmico-científico, assim como área profissional seja protagonista, visando promover resistência à realidade atual da biblioteca escolar e, por conseguinte, à consecução de uma identidade de projeto. Para tanto, é preciso a solução de problemas que cercam a Biblioteconomia desde o seu limiar.

Acredita-se que um dos principais motivos da falta de uma identidade de projeto da Biblioteconomia está na falta de dimensionamento dos objetivos da profissão e da atuação profissional que, conforme a argumentação de Oliveira (1983), deságua na sua própria negação existencial, como forma de defesa, na estrutura burocrática, que enfatiza a progressão por tempo de serviço, e não por mérito e, na ausência de valores, como sendo de progressão e consciência de classe. Esses fatores demonstram que muita coisa da realidade do campo precisa ser mudada para que a Biblioteconomia possa, sem perda de sua identidade profissional e, por outro lado, sem esquecer a sintonia com o presente, acompanhar as mudanças que estão ocorrendo na ambiência em que atua.

Destarte, a falta de senso de progressão e consciência de classe são fatores fundamentais para explicar as dificuldades no desenvolvimento de uma identidade de projeto para a biblioteca escolar. Entende-se por senso de progressão a valorização da Biblioteconomia, tornando conhecido os seus objetivos e as suas perspectivas de atuação, nos mais diversos contextos (cursos, órgão de classe, entidades estudantis) e fazendo com que seja desenvolvida uma articulação concatenada, no sentido de fortalecer as marcas da área e conceber uma consciência coletiva da área. (MORAES, CARVALHO SILVA E SILVA NETO, 2009).

Então, o que seria preciso para a composição de uma identidade de projeto na Biblioteconomia que firmasse o senso de progressão e uma possível consciência de classe, visando a uma nova perspectiva para a biblioteca escolar? Essa identidade de projeto seria uma proposta na busca de uma transformação da realidade referente à biblioteca escolar assinalada por Silva (1995, p. 20) quando atenta sobre o olhar incauto da Biblioteconomia afirmando que “Diante de todo esse silenciamento a que nos vínhamos referindo, certamente o silêncio que mais surpreende que mais choca que mais cala é o dos bibliotecários”.

Inicialmente, é preciso identificar as categorias biblioteconômicas que basicamente podem ser constituídas em: curso de graduação em Biblioteconomia (integra o corpo docente e os estudantes); bibliotecários; órgãos de classe (Conselho, Associação e Sindicato).

Em seguida, é pertinente promover ações integradas entre essas categorias a partir de pontos cruciais. Alguns pontos podem ser destacados para a ação da Biblioteconomia em torno da biblioteca escolar. O primeiro deles é o marketing.

O marketing tem sido um discurso bastante destacado na Biblioteconomia e na biblioteca, especialmente a partir da década de 1980. Kotler e Bloom (1988) definem o marketing como a análise, planejamento, implementação e controle de programas cuidadosamente formulados e desenvolvidos para provocar intercâmbios voluntários de valores com seu mercado alvo, com o propósito de se alcançarem os objetivos organizacionais. Depende grandemente do desenvolvimento de produtos baseados nos desejos e necessidades do mercado alvo e utiliza sistemas de preço, comunicação e distribuição, para motivar e servir este mercado.

Isso significa dizer que o marketing está para além de uma simples divulgação de serviços e atividades se configurando em um lato processo de análise, planejamento e implementação de programas que visam promover a concretização de objetivos organizacionais por meio da qualidade e viabilidade dos serviços, bem como a partir da satisfação dos usuários e clientes. Isso significa dizer que o marketing prima por um processo pelo qual ocorrem compartilhamentos e trocas entre pessoas e grupos sociais.

Assim, como poderia se constituir um marketing da Biblioteconomia e do bibliotecário para a biblioteca escolar considerando a necessidade de uma identidade de projeto? Salientando que um marketing para biblioteca escolar repercute em uma situação de procura de seus serviços e produtos, o que contribui para que muitos usuários tornem-se seus fiéis frequentadores. O ambiente da biblioteca escolar deve ser acolhedor, contribuindo sobremaneira para sua maior e melhor utilização sejam seus leitores crianças, jovens ou adultos. (ELY, 2003/2004, p. 7).

É preciso salientar que a proposta de marketing da Biblioteconomia para a biblioteca escolar deve ser instigada a partir de diversos contextos. O primeiro deles é o marketing educacional. Conforme Cobra e Braga (2004), o marketing educacional deve ser voltado para proposição de serviços que tenham a condição teleológica principal de satisfazer a necessidade dos discentes, assim como de agregar categorias acadêmicas e profissionais gerais e específicas.

No contexto educacional, o marketing para a biblioteca

escolar deve ter uma participação crucial da graduação em Biblioteconomia por meio do planejamento, análise e implementação de disciplinas, cursos, eventos e projetos de pesquisa e extensão que promovam enfoque à biblioteca escolar em suas diversas nuances, tais como: gestão da biblioteca escolar; fundamentos educativos, sociais e pedagógicos da biblioteca escolar; conceitos e aplicabilidades em biblioteca escolar; políticas de acervo em biblioteca escolar; tecnologias aplicadas à biblioteca escolar; usuários e informação para a comunidade que deve usufruir da biblioteca escolar, dentre outros. A promoção dessas atividades acadêmicas visa educar o estudante de graduação a fim de que atente para a importância da biblioteca escolar, bem como mostre que o corpo docente está envolvido diretamente com a causa da biblioteca escolar.

Em outras palavras, entende-se que a graduação em Biblioteconomia precisa desenvolver um mecanismo de educação continuada. Cunha (2003, p. 368) entende que a educação continuada implica:

Iniciativas de formação no período que acompanham o tempo profissional dos sujeitos. Apresenta formato e duração diferenciados, assumindo a perspectiva da formação como processo. Tanto pode ter origem na iniciativa dos interessados como pode inserir-se em programas institucionais. Neste último, os sistemas de ensino, universidades e escolas são as principais agências de tais tipos de formação.

É necessário que a educação continuada, especialmente a que parte de uma instituição (universidade, escola etc.) estimule o discente desde a fase da graduação chegando à capacitação em pós-graduações, eventos e projetos, bem como no contexto da atuação profissional. A educação continuada é uma marca fundamental a ser consolidada pela Biblioteconomia, visando à construção de futuros bibliotecários escolares, assim como enaltecendo suas perspectivas de atuação na biblioteca escolar.

Ressaltando que essas práticas desenvolvidas pelos cursos de Biblioteconomia podem e devem compor bibliotecário, com vistas a um aprimoramento de suas percepções teóricas. Isso significa dizer que não apenas a educação continuada institucional é necessária, mas também a educação que conta com o compartilhamento de experiências e ideias entre discentes, docentes e bibliotecários, assim como o processo de produções acadêmicas e técnico-científicas de forma compartilhada que

estimulam transformações profícuas para a realidade da biblioteca escolar. Como afirmam Collares, Moysés e Geraldi (1999, p. 211), “É aproximando conhecimentos apreendidos – na formação ao longo do exercício profissional – as experiências e saberes construídos na prática pedagógica que produz rupturas”.

Todavia, para um êxito do marketing por meio da educação continuada é preciso a contribuição dos órgãos de classe da área. O regimento interno do Conselho Federal de Biblioteconomia (2002, p. 7) indica que: “Art. 19 – Compete ao Plenário do CFB: VIII – examinar e deliberar sobre medidas que visem à expansão e ao aperfeiçoamento do ensino e da pesquisa na área da Biblioteconomia no país”.

Desse modo, observa-se que um marketing educacional da Biblioteconomia para a biblioteca escolar envolve a participação direta dos órgãos de classe da área, especialmente do Conselho (Federal e Regionais) no processo de ensino e pesquisa. Isso implica dizer que universidade (cursos de graduação e pós-graduação) e órgãos de classe devem trabalhar de forma conjunta buscando identificar atividades educativas, profissionais e científicas coordenadas com vistas a favorecer a educação de estudantes e profissionais. (ALMEIDA JÚNIOR, 1997).

Com relação ao marketing dos bibliotecários escolares ou da biblioteca escolar propriamente dita, é preciso considerar que desenvolver o marketing de serviços em que a biblioteca, inclusive a escolar, está inserida, apresenta dificuldades consideráveis ao contrário do marketing de produtos.

Na visão de Oliveira (1985, p.139):

O risco em marketing de serviços é maior que o risco em marketing de produtos, justamente porque os serviços não podem ser armazenados. Outra dificuldade é que um cliente insatisfeito, não pode devolver um serviço, assim como ele pode um produto. Uma outra distinção entre a biblioteca e a indústria, que influencia o programa de marketing da organização, está relacionada com o motivo do lucro. Por exemplo, as bibliotecas enfrentam problemas de: angariar e manter o apoio financeiro da instituição superior; aumentar sua responsividade às mudanças de necessidade do usuário; converter usuários em potencial em usuários reais; aumentar a conscientização dos usuários em relação aos novos produtos e serviços.

Atente-se para o fato de que a divulgação da biblioteca por meio dos bibliotecários e sua equipe por cartazes, programações especiais, notícias em rádio, jornais, Internet campanhas, projetos, serviços de alerta, serviços de informação utilitária, entre outros serviços especializados se configura apenas uma parte do marketing.

O real objetivo do marketing em bibliotecas é conciliar a satisfação dos usuários e os custos financeiros, humanos e estruturais envolvidos a partir de uma gama de fatores, tais como: atender às necessidades da comunidade em que a biblioteca está inserida; promover a noção de que a biblioteca é um serviço justificável a partir de seus serviços e sua mentalidade organizacional; explicitar a questão de que os Bibliotecários e os custos da biblioteca não são onerosos financeiramente para a instituição.

Com efeito, entende-se que o lucro não é a condição motora da biblioteca, mas sim, como afirma Oliveira (1985, p. 140), “O sucesso de uma organização não lucrativa deve ser baseado em sua capacidade de satisfazer as necessidades de sua clientela, e não no apoio financeiro que recebe”. Porém, isso não significa dizer que a biblioteca não pode promover retorno à instituição a partir de suas atividades. Ao contrário, pode-se afirmar que direta ou indiretamente uma biblioteca que satisfaz a necessidade de seus usuários e clientes pode alavancar a imagem da instituição por meio de campanhas, eventos, cursos e serviços especializados aos usuários.

É preciso verificar que, no caso da biblioteca escolar, há uma dificuldade inerente no que tange à proposição do marketing: como há poucas bibliotecas escolares no Brasil e, por conseguinte, poucos bibliotecários, a biblioteca escolar é vista como um instrumento secundário nas políticas educacionais e até mesmo na mentalidade da Biblioteconomia, seja no contexto acadêmico-científico, seja profissional e dos órgãos de classe. (SUAIDEN, 2000).

Por isso, além do marketing educacional, é mister uma proposta de ação política para a biblioteca escolar a partir da Biblioteconomia. Nesse contexto político, a primeira percepção envolve a necessidade de uma união mais efetiva entre a universidade (docentes dos cursos de Biblioteconomia) e os órgãos de classe da área. Essa união pode ser concebida a partir da elaboração de uma campanha nacional pela valorização da biblioteca escolar que envolva todas as categorias biblioteconômicas.

Essa campanha pode compor aspectos diversos que envolvam perspectivas para a biblioteca escolar por dois vieses. O primeiro viés é relativo à sensibilização da classe biblioteconômica da necessidade de valorização das bibliotecas escolares. Acredita-se que uma identidade de projeto dificilmente será possível sem um fortalecimento político interno da área em suas diversas categorias, pois o segundo viés, de uma continuada difusão da importância da biblioteca escolar não seria possível sem essa união.

Esse segundo viés é referente a uma ampla proposta que envolva ações em biblioteca escolar que tenha participação dos cursos de Biblioteconomia, órgãos de classe e bibliotecários em nível nacional. O documento elaborado pelo Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar (GEBE) com a participação do Conselho Regional de Biblioteconomia – 14^a e 15^a Gestões (2010) poderia ser um documento para auxiliar na composição de uma identidade de projeto para a biblioteca escolar, uma vez que envolve fatores salutaros em dois contextos complementares: o primeiro envolve espaço físico, acervo, questões tecnológicas, organização do acervo, serviços e atividades e pessoal; já o segundo envolve avaliação e planejamento⁴.

Vale ainda ressaltar a relevância de projetos de pesquisa, ensino e extensão referentes à biblioteca escolar no Brasil desenvolvidos nos cursos de graduação em Biblioteconomia para alavancar a proposta de uma identidade de projeto.

Assim, essa identidade de projeto, além do ideário propositivo de conceber um modelo de ação para a biblioteca escolar, deve promover uma ampla concepção do significado da biblioteca escolar e da importância do bibliotecário por meio de uma divulgação continuada por meio de redes sociais e virtuais, eventos e fóruns relacionados à biblioteca escolar, além da intencionalidade de consolidar contatos políticos para o cumprimento da Lei 12244/10 sancionada pelo Governo Federal em 2010, da ampliação do PNBE, entre outros projetos e programas.

Desse modo, acredita-se na possibilidade de iniciar uma identidade de projeto que pode ser amadurecida, especialmente durante os dez anos previstos pela Lei 12244 a fim de que seja

⁴ Esse documento foi elaborado pelo Grupo de Estudos em Bibliotecas Escolar (GEBE) da UFMG que é composto por vários pesquisadores dentre os quais podem ser destacados: Bernadete Campello (Coordenadora); Vera Lúcia Furst Gonçalves Abreu Paulo da Terra Caldeira; Ricardo Rodrigues Barbosa; Márcia Milton Vianna; Maria da Conceição Carvalho; Adriana Bogliolo Sirihal Duarte; Carlos Alberto Ávila Araújo em parceria com o Conselho Regional de Biblioteconomia – 14^a e 15^a Gestões.

possível aprimorar as ações em torno da biblioteca escolar a partir de sua construção e qualificação, visando reconhecê-la como instrumento efetivo de prática social, educativa e cultural, assim como evidenciando que o bibliotecário é o profissional adequado para gerenciar a biblioteca escolar.

Em outras palavras, iniciar uma identidade de projeto para a biblioteca escolar envolve a conciliação entre o desenvolvimento tecnológico e a aplicabilidade social biblioteconômica que tem sido muito discutida, mas comumente de forma isolada. Como ponto reflexivo para iniciar a construção de uma identidade de projeto para a biblioteca escolar, o pensamento de Silva (1995, p. 20-21) é salutar:

[...] Qual tem sido a preocupação dominante senão a problemática dos bancos de dados, das redes de informação científica, dos centros ultra-informatizados de documentação? Algo contra tais temáticas? De jeito nenhum! Alguma objeção no que se refere ao desenvolvimento de recursos para a organização e a disseminação da informação técnico-científica? De modo algum! Mas, diante de tal quadro, cabe a formulação de certas questões: quais são as principais dificuldades e limitações da biblioteconomia brasileira? Qual o alcance, em termos de população atingida, de todo aquele aparato informacional? Os bibliotecários e os autores da área biblioteconômica conhecem os índices de analfabetismo e de fracasso escolar deste país? Já ouviram falar de prioridade? Alguma vez já pronunciaram a expressão “biblioteca escolar” sem demonstrar certa repugnância?

Desse modo, essa identidade de projeto envolve não somente ações políticas e de marketing para a biblioteca, mas principalmente o reconhecimento da importância da biblioteca escolar como campo social, educativo e cultural e também como campo de atuação profissional. As perguntas feitas pelo autor, além das ações de marketing e políticas sugeridas no presente trabalho tencionam possibilidade de se pensar uma identidade de projeto.

O fato é que, para um possível reconhecimento da biblioteca escolar, sua relevância precisa ser problematizada, refletida e solucionada de forma integrada pela sua principal representante que é a Biblioteconomia justificando a necessidade de ação informacional da biblioteca escolar para a sociedade. A partir de uma identidade de resistência concernente à realidade atual da biblioteca escolar, será possível adentrar efetivamente em uma identidade de projeto.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verifica-se que a biblioteca escolar tem ampliado seu discurso, sobretudo, a partir da década de 1990 no que se refere a novas possibilidades de atuação. Porém, é inegável que há um distanciamento entre o discurso e a prática, uma vez que a biblioteca escolar apresenta sérios problemas de existência, já que há poucas bibliotecas escolares e muitos espaços com estantes e livros que se destacam como biblioteca escolar de acordo com o discurso implementado na Biblioteconomia por meio de pesquisas, produções bibliográficas, eventos, fóruns etc, boa parte desses espaços não podem ser efetivamente considerados como tal.

Vale ressaltar que outros problemas inerentes à biblioteca escolar são de cunho histórico, dado que, no transcorrer da história da educação brasileira, a biblioteca escolar foi permanentemente relegada a um plano inferior. Aliás, a própria educação no Brasil historicamente é colocada em segundo plano.

Esse problema histórico ocasionou problemas de ordem político-institucional, pois, como não houve uma mentalidade histórica para a biblioteca escolar, politicamente as autoridades não consideram conveniente inserir mais um espaço para a educação. Inclusive, percebe-se um desvirtuamento das atividades das bibliotecas, pois, como a biblioteca escolar comumente não desenvolve seu papel, a biblioteca pública tomou essa responsabilidade para si, transformando-se em uma grande biblioteca escolar. Evidentemente, a falta de uma política, seja pública ou privada para bibliotecas no Brasil interfere diretamente em seu potencial de atuação.

Para auxiliar na resolução desses problemas, evidencia-se a relevância da participação da Biblioteconomia, especialmente a partir da construção de uma identidade de projeto que deve ser oriunda de uma identidade de resistência.

Essa identidade de projeto pode ser compreendida a partir de diversos fatores, dentre os quais o presente trabalho enfatizou: o marketing, principalmente no contexto educacional que possa enfatizar o contexto da educação continuada e a promoção interativa entre profissionais, órgãos de classe e os cursos de Biblioteconomia.

O outro fator é o político que deve envolver uma relação direta entre órgãos de classe e os cursos de Biblioteconomia por meio de uma campanha de mobilização nacional pela valorização da biblioteca escolar. Essa campanha pode ser compreendida a partir

de dois vieses: o primeiro viés é relativo à sensibilização da classe biblioteconômica da necessidade de valorização das bibliotecas escolares; o segundo viés é composto de elementos intelectuais que permitam a elaboração de um documento padrão que mostre como deve ser a biblioteca escolar em diversos segmentos, tais como: espaço físico, acervo, questões tecnológicas, organização do acervo, serviços e atividades e pessoal avaliação, planejamento, entre outros. É preciso mencionar que o advento da Lei 12244/10 torna a proposição de uma identidade de projeto ainda mais necessária, o que estimula uma proposta de marketing e de ações políticas integradas.

Finalmente, é evidente que o presente trabalho não procurou estabelecer precisamente essa identidade de projeto, mas lançar bases teóricas a fim de ampliar as discussões sobre a biblioteca escolar e seus encaminhamentos educativos, sociais, culturais e políticos a fim de que uma identidade de projeto possa ser a tônica dos próximos para conceber profundas transformações referentes à biblioteca escolar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. *Sociedade e Biblioteconomia*. São Paulo: Polis: APB, 1997

ALVES, Nilda; GARCIA, Regina Leite. Atravessando fronteiras e descobrindo (mais uma vez) a complexidade do mundo. In: _____. *O sentido da escola*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p. 81-110.

CAMPELLO, Bernadete. A competência informacional na educação para o Século XXI. In: _____ et al. *A biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

CARVALHO SILVA, Jonathas Luiz. *Uma análise sobre a identidade da Biblioteconomia: perspectivas históricas e objeto de estudo*. Olinda: Edições Baluarte, 2010. 99p.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. v. 2.

COBRA, Marcos; BRAGA, Ryon. *Marketing Educacional: ferramentas de gestão para instituições de ensino*. Vila Velha: Hopper Editora, 2004

COLLARES, Cecília Azevedo Lima; MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso; GERALDI, João Wanderley. *Educação continuada: a política da descontinuidade*. *Revista Educação e Sociedade*, ano XX, n. 68, p. 202-219, dez. 1999.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECOLOGIA. *Resolução CFB n.º 46 de 30 de agosto de 2002*. Regimento interno do CFB. 2002. Disponível em: <<http://repositorio.cfb.org.br/bitstream/123456789/67/1/REGIMENTO-INTERNO-cfb.pdf>> Acesso em: 16 mar. 2011.

CUNHA, M. Formação continuada. In *Enciclopédia de Pedagogia Universitária*.

MOROSINI, Marília Costa et al. Porto Alegre: FAPERGS/RIES, 2003.

ELY, Neiva Helena. Dimensões da biblioteca escolar no ensino fundamental. *Revista ACB*, Florianópolis, v. 8, n. 1, 2003. Disponível em: <<http://www.acbsc.org.br/revista/ojs/viewarticle.php?id=104&layout=html>>. Acesso em: 15 mar. 2011.

GRUPO DE ESTUDOS EM BIBLIOTECA ESCOLAR (GEBE); CONSELHO REGIONAL DE BIBLIOTECONOMIA – 14ª E 15ª REGIÕES. *Biblioteca escolar como espaço de produção do conhecimento*: parâmetros para bibliotecas escolares. Disponível em: <<http://www.cfb.org.br/MIOLO.pdf>> Acesso em: 17 mar. 2011.

IGUMA, Andréia de Oliveira Alencar; FERNANDES, Célia Regina Delácio. Uma reflexão sobre as práticas de leitura no acervo do PNBE. In: Colóquio internacional de estudos lingüísticos e literários. *Anais...* Maringá-PR, 9, 10 e 11 de junho de 2010.

KOTLER, Philip; BLOOM, Paul N. *Marketing para serviços profissionais*. São Paulo: Atlas, 1988.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. V. 7. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

MACEDO, Neusa Dias de (org.). *Biblioteca escolar brasileira em debate*: da memória profissional a um fórum virtual. São Paulo: Editora Senac. São Paulo: Conselho regional de Biblioteconomia, 2005.

MORAES, Marielle Barros de; CARVALHO, Jonathas Luiz Silva; SILVA NETO, Casemiro. Um pouco da história do sindicalismo brasileiro e a organização sindical do bibliotecário. *Revista Universidade e Sociedade*, Distrito Federal, n. 43, jan. 2009.

OLIVEIRA, Sitas Marques de. Marketing e sua aplicação em Bibliotecas: uma abordagem preliminar. *Ciência da Informação*, Brasília, v.14, n.2, p. 137-147, jul./dez, 1985.

OLIVEIRA, Zita Catarina Prates de. *O bibliotecário e sua auto-imagem*. São Paulo: Pioneira, 1983. 98 p.

RIBEIRO, Maria. Luisa. Santos. *História da educação brasileira*: a organização escolar. 20 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, Dermeval. O plano de desenvolvimento da educação: análise do projeto do MEC. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100: 1231-1255, out. de 2007.

SILVA, Waldeck Carneiro da. *Miséria da Biblioteca Escolar*. São Paulo: Cortez, 1995. 118 p.

SUAIDEN, Emir José. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 29, n. 2, p. 52-60, maio/ago. 2000.

UNESCO. *Manifesto da Biblioteca escolar da IFLA/UNESCO*. 1999. Disponível em:<www.ifla.org/VII/s11/pubs/portug.pdf>. Acesso em 28 fev. 2011.

